



## **Parecer Jurídico nº52/2026**

**Referência:** Projeto de Lei 25 de 16 de março de 2026.

Autoria: Vereador Pastor João Bueno.

**EMENTA:** "Declara de Utilidade Pública Associação Social e Recreativa Ainda há Esperança."

### **I RELATÓRIO**

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 25/2026, que visa declara utilidade pública a uma entidade sem fins lucrativos, denominada Associação Social e Recreativa Ainda há Esperança.

O pedido tem como objetivo o reconhecimento oficial para fins de benefícios legais e administrativos.

### **II FUNDAMENTAÇÃO**

A Constituição Federal estabelece em seu art. 37 que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem ser observados no reconhecimento de utilidade pública.

A Lei nº 9.790/1999 permite que entidades privadas sem fins lucrativos obtenham o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que atendam a requisitos específicos e desenvolvam atividades voltadas ao interesse público.



A matéria tratada diz respeito à competência do Município para legislar sobre o assunto.

Submetido à matéria a análise do Procurador da Câmara Municipal para verificação da legalidade e regularidade do dispositivo em referência, este emite Parecer favorável a implementação do Projeto de Lei.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica, a Procuradoria Jurídica OPINA, pela viabilidade técnica do Projeto de Lei.

É o parecer

Sabará 26 de março de 2026.

*Márcio dos Santos Silva*  
Procurador Jurídico  
OAB/MG 169.203